

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	442475/09 36
DIVISÃO	PLO 13/8/09
MAT.:	VISTO: 102

FUNDAÇÃO ESTADUAL
MEIO AMBIENTE
1 LNº

PARECER JURÍDICO

Autuado: POSTO SABINO LTDA	
Processo nº 3369/2001/002/2004	
Referência: Auto de Infração nº 1299/2004 - DEFESA	
Tipo de infração: GRAVÍSSIMA	Porte: Pequeno

I – RELATÓRIO

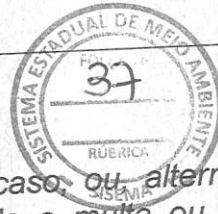
Posto Sabino Ltda. foi autuado em 06/04/2004 pela infração descrita no item 6, do parágrafo 3º, do art. 19, do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto 43.127/02:

“causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural”.

Consultado o SIAM, constatase que o empreendimento obteve em 19/03/2007, Autorização Ambiental de Funcionamento, processo 3369/2001/003/2004.

O processo encontra-se regularmente formalizado. Tempestivamente, apresentou defesa que, em síntese, alega o seguinte:

- Em virtude de reclamação da vizinhança quanto à presença de combustível em um poço cacimba, o próprio autuado deu início à análise de risco com investigação de passivo ambiental;
- Em 11 de novembro de 2003, apresentou denúncia espontânea à FEAM;
- Iniciou ações reparadoras com vistas a restituição do meio ambiente ao status quo ante;
- Em decorrência de sua denuncia espontânea é que se realizou a vistoria da FEAM, fato que lhe possibilita o deferimento de atenuantes;
- A conclusão do estudo de análise de risco (RBCA – Tier Fase II): não há risco coletivo a saúde humana;
- Segundo entende, o tipo sancionador que é ilícito causar poluição que possa resultar em dano à saúde humana. Todavia, havendo neutralização das vias de contaminação não há perigo de dano ambiental. Foi esse o ocorrido no caso dos autos, (...) o ponto foi neutralizado a partir do fornecimento de água para a moradora;



- Requer anulação do auto de infração, se for o caso, ou, alternativamente, reconhecer a aplicação de atenuantes, reduzindo a multa ou aplicando a pena de advertência.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, a defesa não apresentou alegações ou fatos capazes de descaracterizar a infração cometida.

Ainda que a defesa argumente que houve neutralização das vias de contaminação, resta claro a ocorrência do tipo infracional e o relatório de vistoria informa que foi constatada a presença de hidrocarboneto em uma das cisternas de água da vizinhança.

A autuação é de natureza gravíssima, não comportando a aplicação de advertência, a teor do que dispõe o parágrafo único, do art. 1º, da DN COPAM no. 61/2002:

“Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1,2 e 3 do parágrafo 2º, do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424/98”.

III – CONCLUSÃO

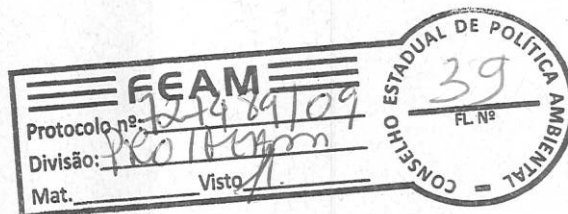
Isto posto, remetemos os autos a Unidade Colegiada do Leste Mineiro, sugerindo aplicar uma multa de R\$ 10.641,00, conforme dispõe o inciso III, “a”, do art. 1º, da DN COPAM 27/98.

É o parecer, s.m.j.
Belo Horizonte, 15 de julho de 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica OAB/SP 191.342	Assinatura:
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura:

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



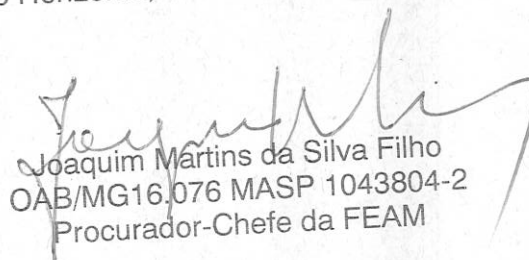
Processo nº: 3369/2001/002/2004
Assunto: Auto de Infração DE Nº1299
Interessado: POSTO SABINO LTDA.

ADENDO AO PARECER JURÍDICO

Tendo em vista a modificação do Decreto nº 39.424/98 pelo Decreto nº 44.309/06 e atualmente em vigor o Decreto nº 44.844/08; considerando a Nota Jurídica de nº 2.036 de 28 de agosto de 2009 da Advocacia Geral do Estado; considerando o disposto no art. 96 do Decreto nº 44.844/08 que altera o valor da multa com a incidência do valor mais benéfica ao autuado, a multa a ser aplicada é de **R\$10.001,00**, permanecendo inalterados os argumentos apresentados no parecer jurídico, pelo **Vice-Presidente da FEAM**.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2009.


Joaquim Martins da Silva Filho
OAB/MG16.076 MASP 1043804-2
Procurador-Chefe da FEAM